

A REFORMA QUE (DE)FORMA?: OS DESDOBRAMENTOS DO NOVO ENSINO MÉDIO NA FORMAÇÃO DA JUVENTUDE.

Pedro Luca de Sousa Alves ¹
Jaiane Araújo de Oliveira ²

RESUMO

O Ensino Médio como parte integrante da educação básica sinaliza na direção de ser reconhecido como um direito, na medida em que atribui “um recorte universalista próprio de uma cidadania ampliada. O projeto tem como eixo central investigar como os jovens percebem e refletem os desdobramentos do novo Ensino Médio na sua formação ampla/geral e no cotidiano escolar de nível médio e profissional. Os sujeitos da pesquisa serão jovens estudantes do ensino médio. A pesquisa se ampara nos pressupostos da pesquisa qualitativa, a partir da utilização das técnicas de observação e grupos de discussões, buscando ouvir os/as estudantes, acerca daquilo que eles/as sabem, o que já experienciaram ou presenciaram, como se posicionam acerca do novo ensino médio em sua formação ampla. Na tentativa de compreender de forma mais aprofundada o objeto investigado, outras problemáticas foram elaboradas: o que é o novo ensino médio e sua reorganização curricular? Como é o cotidiano escolar dos jovens na nova concepção de ensino médio? Como os jovens sentem e reagem as mudanças provocadas pela reforma no ensino médio na sua formação ampla/geral? Como a mudança curricular do novo ensino médio, repercute na formação ampla e geral dos jovens e na sua relação com a escola.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Juventude. Escola. Formação.

Introdução: Este projeto tem como questão central investigar como os jovens percebem e refletem os desdobramentos da Reforma do Ensino Médio na sua formação ampla/geral e no cotidiano escolar de nível médio e profissional? Essa problemática investigativa é resultado de estudos, leituras, reflexões em sala de aula e acompanhamento de escolas de ensino médio durante as práticas dos componentes de estágio nos cursos de licenciatura do IFCE. O projeto procura realizar uma investigação a partir do olhar e vivenciar dos estudantes que são os principais afetados pela proposta do novo ensino médio dentro de sua formação.

O novo ensino médio tende a reforçar dois projetos distintos na sociedade brasileira. Um, preparar os jovens da classe privilegiada para se manterem como dirigentes, se constituindo como instrumento pelo qual seus filhos(as) ascendam à Universidade, para que continuem sendo os dirigentes do país. Dois, preparar tecnicamente os(as) jovens das camadas populares para assumir os postos de trabalho que geram mais valia na cadeia produtiva e continuem sendo dirigidos.

O novo ensino médio tem sido intensamente discutido no cenário educacional, sobretudo em 2023, onde os estudiosos da educação, professores e organizações sociais tem encontrado mais abertura para se manifestar no Brasil. O debate tem se intensificado com o pedido de revogação do Novo ensino Médio, que segundo os estudiosos, de novo, não tem nada.

O pedido de revogação tem se sustentado na crítica de que essa reestruturação curricular pode significar um enorme aligeiramento desse nível de ensino e um grande empobrecimento da educação formal dos(as) jovens da classe trabalhadora, que têm na escola, na maioria das vezes, o único lugar para a aquisição dos conhecimentos básicos para a vida social. Com a retirada de

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Instituto Federal - IFCE, pedrolucassousaalves783@gmail.com;

² Graduado pelo Curso de pedagogia do Instituto Federal - IFCE, oliveira.jaiane@ifce.edu.br

alguns componentes, os defensores da revogação afirmam que a nova proposta de ensino médio nega aos estudantes direito a formação básica comum resultando em desigualdades educacionais, assim como o esvaziamento do Saber historicamente acumulado, pois não tem previsão do que é para ser ensinado, que áreas, que conteúdos devem ser ensinados, que habilidades devem ser exploradas/desenvolvidas. A nova concepção de ensino médio propõe a divisão do currículo em cinco ênfases e itinerários formativos (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Formação Técnico Profissional).

A formação pragmática, de escolas de tempo integral de português e matemática, “a produtividade da escola improdutiva, a relativização e garimpagem do currículo, a relativização de conteúdos e do papel do professor, a fragilização do que é essencial na escola, a apropriação do saber, são reflexões colocadas em torno do novo ensino médio (SILVA, 2016).

Diante disso, considera-se importante investigar mais a fundo o que os jovens tem a dizer sobre essa temática e que elementos estes nos apontam para ampliar o debate e as reflexões na formação de professores. A pesquisa é relevante por que pode colaborar para o fortalecimento de análises e compreensão mais densa dos desdobramentos do novo ensino médio na formação ampla da juventude, contribuindo, ainda, na formação de redes de pesquisa sobre políticas para o ensino médio.

Metodologia: O trabalho será realizado a partir dos pressupostos da pesquisa qualitativa por permitir a utilização de técnicas que possibilitam o reconhecimento da subjetividade dos envolvidos como parte integrante da realidade social investigada, “trazendo para o interior das análises o indissociável imbricamento entre subjetivo e objetivo, entre atores sociais e investigadores, entre fatos e significados, entre estruturas e representações” (MINAYO, 2010, p. 60). Desse modo, utilizar-se-á as técnicas de observação, grupos focais e de discussão e o emprego do diário de campo.

Neste estudo com jovens estudantes do ensino médio de duas escolas da rede estadual do Ceará, consideraremos importante compreender a reforma do ensino médio a partir dos discursos dos jovens.

Utilizaremos como técnicas de investigação a observação, grupos de discussões e entrevistas. Faremos a inserção nas escolas por entendemos que a investigação científica começa sempre no âmbito da aparência do fenômeno a ser estudado, o real concreto. A partir do momento em que há o estudo e a análise da situação problema e dos complexos que a constituem, chega-se ao abstrato. Fase em que o pesquisador questionará o fenômeno, procurando compreendê-lo a fundo, atingindo então o concreto pensando, ou seja, a realidade não mais vista em sua aparência, mas sim em sua essência.

Por isso, optou-se pela pesquisa qualitativa por compreender que esta se aproxima melhor da proposta do nosso objeto. Acreditamos ainda que a pesquisa dessa natureza possibilita utilizar técnicas que torne possível à escuta dos sujeitos, no sentido de buscar não somente conhecer a realidade investigada, mas levar o pesquisador a compreender os múltiplos discursos instaurados simbolicamente no espaço escolar.

Para Minayo (1994) a pesquisa qualitativa trabalha com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, procurando captar mais profundamente o objeto estudado e a realidade no qual se encontra inserido os sujeitos. Esse tipo de pesquisa resgata a palavra, a linguagem, as expressões pessoais e concepções dos sujeitos inseridos em um contexto histórico e social, auxiliando o pesquisador a compreender o comportamento, as práticas e as condutas mediante a exploração de emoções, possibilitando também a compreensão dos aspectos da experiência humana e das relações sociais que perpassam o objeto estudado. (MINAYO, 1994)

Sobre a relação entre pesquisadora e pesquisado, Sales (2005) coloca que “a postura do pesquisador em relação aos pesquisados é a de percebê-los como agentes, porque eles falam, agem e lutam, não necessitam do pesquisador para lhes dizer a “verdade”, ou para falar em seu lugar” (p. 73), pelo contrário, estes possuem um saber e, portanto, sabem comunicá-lo.

Conforme coloca Damasceno (2005), no processo investigativo é necessário fazer um esforço sistemático e crítico para traduzir as categorias de análise em categorias que permitam a observação empírica da realidade estudada, entendidas como categorias temáticas, buscando a dialeticidade parte-todo.

Com isso, buscando ouvir os/as estudantes, aquilo que eles/as sabem, o que já experienciaram ou presenciaram, como se posicionam sobre as temáticas, conectando, sempre que possíveis aos aspectos da escola, da própria comunidade, e com o município, através de políticas públicas, trata dessas questões. Dessa maneira, proporcionaremos um espaço de segurança para debates, com isso utilizaremos a técnica do Grupo de Discussão.

Nos grupos de discussão realizados, as pessoas partilham de experiências em comum e reproduzem estruturas sociais ou processos comunicativos nos quais é possível identificar um determinado modelo de comunicação. Esse modelo documenta experiências coletivas assim como características sociais desse grupo, entre outras: as representações de gênero, de classe social, de pertencimento étnico e geracional. Nesse sentido, os grupos de discussão, como método de pesquisa, constituem uma ferramenta importante para a reconstrução dos contextos sociais e dos modelos que orientam as ações dos sujeitos (WELLER, 2010, p. 58).

Durante os encontros, faremos observações e anotações em nosso diário de campo, a fim de registrar aspectos evidenciados na realidade, que nos ajudará no processo de reflexão, sistematização e produção de trabalhos acadêmicos. A última etapa consiste na produção do relatório da pesquisa, que será utilizado para a publicação de trabalhos científicos.

Conclusão: O NEM foi marcado por críticas e pedidos de sua revogação, considerando que ele não combate os problemas e dificuldades da educação básica, pelo contrário, desorganiza as redes públicas de ensino, aumenta a exclusão para a maioria dos jovens e adultos, colocando estudantes, professoras/es e pesquisadoras/es contra o modelo, amplia a distância de qualidade entre a escola pública e a escola privada de elite, mantém uma oferta Educação Profissional precarizada, descontextualizada e ilusória com cursos de curta duração, oferta de falsa “liberdade de escolha” para os estudantes, com a manutenção dos princípios dos itinerários formativos, precarização da docência, com professores dando aulas e conteúdo para os quais não têm formação, dificultar o ingresso dos estudantes das escolas públicas na Educação Superior, repassar à iniciativa privada o controle das escolas públicas e do orçamento público da educação e desprezar a gestão escolar democrática ao substituir o clamor das vozes plurais de estudantes, professores, técnicos, pais, mães ou responsáveis de estudantes pelo clamor das empresas que querem gerir a escola pública segundo princípios de mercado. Depois de 16 meses de discussão em torno do pedido de revogação do NEM, chegamos a um novo texto, que na sua raiz, não apresenta grandes mudanças no NEM de 2017. As principais mudanças/avanços foram: retorno do estudo da língua espanhola como obrigatória, maior controle sobre a expansão da EAD; regulamentação dos itinerários formativos e sua articulação com os saberes escolares previstos na Base Nacional Comum Curricular/BNCC, retorno das 2400 horas de formação geral básica/FGB. A pesquisa anuncia que muitos estudos e discussões necessitam acontecer neste cenário de disputas acerca do NEM, que envolve diretamente um projeto de sociedade em que a juventude é sujeito central. O que podemos destacar é que o NEM não expressa os anseios de educação da juventude da escola pública, repercutindo na relação desses jovens com a escola e no reconhecimento da educação como lugar de mudança social e realização de sonhos e projetos de vida pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, J. M. O “flexível” ensino médio do governo Temer (Lei no 13.415/2017): hegemonia financeira e a inflexível formação da/para espoliação. Revista Educação em Debate, v. 41, p. 77-92, 2019.

BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, nº 100, 2007.

DAMASCENO, Maria N. A construção de categorias no estudo da práxis educativa in SALES, Celecina Veras (org.). O caminho se faz ao caminhar: elementos teóricos e práticas na pesquisa qualitativa. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

GROPPO, Luís Antonio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. – 12 ed. – São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Rio de Janeiro: Vozes. 1994.

PAIS, José Machado. Culturas juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

PIZZATO, Maria Dilonê. A Geografia no contexto das reformas educacionais brasileiras. Cad. Geografia, Belo Horizonte, n. 17, p. 25-48, 2001.

SALES, Celecina de Maria Veras. Pesquisa Qualitativa: cartografando novos percursos na produção de conhecimento in DAMASCENO, Maria Nobre, SALES, Celecina Veras (org.). O caminho se faz ao caminhar: elementos teóricos e práticas na pesquisa qualitativa. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

SILVA. Mônica R. Políticas educacionais para o Ensino Médio e sua gestão no Brasil contemporâneo. Dialogia, São Paulo, n. 23, p. 17-29, jan./jun. 2016.

SILVA, Karen Cristina; BOUTIN, Aldimara Catarina . Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. EDUCAÇÃO (SANTA MARIA. ONLINE) , v. 43, p. 521-533, 2018.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão: aportes teóricos e metodológicos. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole (Orgs.). Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2010.